

RESENHA¹

PRÉVOST, Jean-Guy; BEAUD, Jean-Pierre. *Statistics, Public Debate and the State, 1800-1945: a social, political and intellectual history of numbers*. Londres: Pickering and Chatto, 2012. 235p.

Alexandre de Paiva Rio Camargo²

O leitor está diante de uma obra madura, resultado de sólida e longa parceria intelectual entre os autores, que há vinte e cinco anos têm se dedicado à política dos números e à sócio-história da estatística. Não por acaso, o livro em tela consiste na revisão e ampliação de oito artigos publicados entre 1997 e 2009 em prestigiosos periódicos canadenses, americanos e franceses, acrescidos de uma esclarecedora introdução que dá unidade e fio condutor à leitura.

Nesta extensa trajetória, cumpre destacar a realização, em setembro de 1999, de um ciclo de conferências na sua instituição de origem, a Université du Québec à Montréal, que deu origem ao instigante livro *L'Ère du Chiffre: Systèmes Statistiques et Traditions Nationales* (Beaud; Prévost, 2000). Na ocasião, os autores coordenaram os trabalhos de nomes como Ian Hacking, Alain Desrosières, Theodore Porter, Margo Anderson, Michel Armatte, Alain Blum, Bruce Curtis, Libby Schweber, entre outros, para oferecer uma primeira proposta de reflexão comparativa entre experiências estatísticas de matriz liberal. Já se observava aí o esforço de ambos em valorizar as especificidades do caso canadense (como a importância das estatísticas privadas, acentuada desde o período colonial) de modo a assimilá-las à então considerável literatura sobre a Europa e os Estados Unidos, em particular no tocante à estatística descritiva alemã, ao centralismo administrativo francês, à aritmética política

¹ Este texto é uma versão modificada e significativamente ampliada de resenha publicada na Revista Sociedade e Estado, do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). A presente publicação se justifica por sua fidelidade ao material integral, que teve que ser adaptado para atender às regras editoriais daquele veículo, e que agora vem a lume neste terceiro número de Estatística e Sociedade.

² Doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre e bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Co-organizador, junto a Nelson de Castro Senra, do livro Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados (IBGE, 2010). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: alexandre.camargo.2009@gmail.com.

(e, logo, estatística matemática) inglesa, além da notável tradição censitária norte-americana, com seu papel constitucional de verificação de poderes e deveres entre os estados da federação.

Desse modo, *L'ère du chiffre* representou uma das primeiras tentativas de interpretação mais empírica e sistemática das relações entre, de um lado, a difusão do internacionalismo estatístico, com a normalização das classificações, dos instrumentos de mensuração, e da infra-estrutura de contagem populacional, e, de outro, a conformação histórica das práticas estatísticas nacionais, cujo perfil é inseparável da genealogia dos Estados, das culturas políticas e das estruturas locais de dominação. É por esta relação essencial, que funda e norteia a inteligibilidade social e a produtividade política das estatísticas públicas, que se verificam as profundas diferenças nacionais de institucionalidade na produção dos dados, de participação das comunidades especializadas na configuração da ação pública, e de emprego de tecnologias de visualização / objetivação do povo e do território, assinaladas por uma hoje extensa bibliografia³.

Statistics, Public Debate and the State (1800-1945) prossegue nesta seara inaugurada por *L'ère du chiffre*, em particular acerca da necessidade de superar-se o nacionalismo metodológico como grade para o estudo deste objeto-fronteira que é a estatística. Isto porque, como lembram os autores, ela se encontra na injunção entre os universos da ciência, que lhe confere uma pretendida legitimidade superior; o da administração pública, que lhe delimita e imprime orientação; o da política, que lhe converte em referente normativo para a mediação de conflitos. Vista em seus três pólos constituintes, a estatística não deve ser tomada a partir de seus próprios termos técnicos de redução do erro e de aproximação à realidade pré-existente, mas antes, defendem os autores, abordada como espaço político-cognitivo a partir do qual demandas e problemas políticos se tornam objeto de constante conversão e tradução técnica, tornando possível novas formas de apresentar, discutir, gerir e resolver aquelas questões (p. 3).

Como este espaço político-cognitivo se forma e se transforma historicamente é a preocupação central de Beaud e Prévost, que nos oferecem neste livro um passeio por diferentes configurações espaço-temporais das relações intrínsecas entre estatística, Estado e esfera pública, entre 1800 e 1945. Sem se deparar com qualquer pretensão de exaustividade, o leitor encontrará temas diversos, que vão dos primeiros (e hesitantes) usos da percentagem na lenta construção de uma linguagem de objetividade e intervenção (sécs. XVIII e XIX) à revolução política e epistemológica representada pela adoção da amostragem probabilística nas estatísticas oficiais, através da qual se realizou a montagem da engenharia institucional do Estado Social, na primeira metade do século XX. O recorte espacial é igualmente variado: dos inquéritos estatísticos como melhoramento da empresa colonial no Canadá do início do séc. XIX ao nacionalismo estatístico da Itália liberal e fascista; das fracassadas tentativas de centralização das estatísticas imperiais na Inglaterra Vitoriana à controvérsia estatística nos Estados Unidos sobre o papel da imigração no crescimento populacional; da criação das primeiras repartições estatísticas na Escandinávia à mundialização dos sistemas estatísticos nacionais, na Europa, América do Norte, América Latina, e mesmo Ásia.

3 Tais diferenças foram analisadas por estudos transversais (Desrosières, 1998; Porter 1995; Schweber, 2006) e análises de caso, dentre os quais destacamos Estados Unidos (Cohen, 1982; Anderson, 1988; Schor, 2009), Canadá (Curtis, 2001) França (Insee, 1987; Bourguet, 1988), Inglaterra (Szreter, 1996), Itália (Patriarca, 1996; Prévost, 2009), Rússia (Blum; Mespoulet, 2003; Mespoulet, 2001), Argentina (Otero, 2006; Daniel, 2011) e México (Celis, 1999).

Dada a extensão temática, histórica e geográfica do tento marcado por este belo livro, podemos dizer que a publicação segue dois eixos de apresentação do argumento. No primeiro, situamos o lugar da estatística na construção dos debates públicos, colocando em evidência e discussão os acordos sobre o que pode (e, por exclusão, o que não pode) ser definido, classificado, contado e quantificado em um dado momento histórico, e, portanto, convencionado em matéria de posição e papel dentro de um espaço de equivalências, fundamento das necessárias e desejadas comparações.

Neste sentido, é muito interessante o capítulo dois (pp. 27-48), que parte das monografias realizadas no Canadá do início do XIX, para analisar a continuidade entre os levantamentos de população e os procedimentos de petição parlamentar. Através do estudo das iniciativas “amadoras” de Robert Gurlay, vemos que a estatística é aqui usada e pensada como instrumento de consulta aos súditos da coroa inglesa, inquiridos sobre as condições de vida que deveriam ser melhoradas durante verdadeiras audiências públicas. No momento em que o prestígio dos depoimentos de clero e nobreza começava a cair em desuso como fonte de verdade, acompanhamos na prática estatística de Gurlay um novo sentido de sistematicidade, autenticidade e publicidade da informação, afeita à “epistemologia democrática” que caracteriza o nascimento da esfera pública.

Outros dois capítulos privilegiam a construção estatística de objetos e representações em debates públicos, agora já no contexto de consolidação das agências estatísticas nacionais e de passagem da estatística descritiva e literária para a estatística matemática, movimento que acompanha a diversificação das comunidades profissionais que disputam o monopólio de interpretação legítima dos dados. Esta passagem está bastante presente no capítulo 5 (pp. 91-110), que traz para o centro uma das principais controvérsias estatísticas já havidas nos Estados Unidos: a teoria sobre o suposto efeito nulo da imigração em relação ao crescimento populacional, elaborada por Francis Walker em 1891.

Baseando-se na exatidão aproximada das previsões de população feitas em 1790 e 1800 para o ano de 1815, quando a imigração ainda não era a variável significativa da composição demográfica, na comparação com a segunda metade do século XIX, Walker postula o impacto negativo da imigração como freio do crescimento nativo. Nesta visão, a imigração não passaria de substituição do crescimento vegetativo da população pelo estoque estrangeiro. Por um lado, o capítulo explora a imediata acolhida do argumento entre os partidários de atitudes nativistas e de restrição à imigração, que teve na política das cotas (por grupos étnico-linguísticos) um dos subprodutos diretos da publicação da tese. Por outro lado, analisa como o meio acadêmico cerrou posições diante da hegemonia da teoria, em uma polarização de mais de vinte anos. Beaud e Prévost descortinam brilhantemente o momento de transição representado pelo extenso debate, no qual fica cada vez mais patente a dificuldade dos defensores em disfarçar tecnicamente o caráter político de suas predileções nativistas e racistas, diante dos novos procedimentos de prova e rigor científico que pautariam as intervenções mais tardias como, por exemplo, o desenvolvimento de atitude crítica em relação às fontes, incluindo a estimativa do grau de confiabilidade dos censos, intensamente invocados pelos dois lados do debate; o estabelecimento da taxa de fertilidade (uma variável fundamental) por processos de tentativa e erro; além do tratamento matemático das correlações, limitando inferências mais intuitivas. Ao final,

o triunfo dos críticos, mais próximos de estatísticos profissionais e cientistas da população, aponta para a nova organização universitária da pesquisa demográfica e a constituição da demografia como disciplina científica, nos anos 1910 e 1920.

São exatamente estes os anos enfocados pelo capítulo sete (pp. 133-152), dedicado à formação da expertise estatística nos estertores da Itália liberal. Se o caso norte-americano ilustra o fechamento dos debates estatísticos pela restrição dos que nele podem participar, a experiência italiana nos mostra o engajamento nacionalista pelas sofisticadas traduções técnicas de uma emergente comunidade profissional de estatísticos.

Somos levados a compreender um determinado padrão de intervenção pública que atravessa as manifestações do grupo, a despeito de suas expressivas diferenças internas, iniciando pelas contribuições de Conrado Gini, em 1918, concernentes ao custo da guerra para a Itália. Nelas, o líder de escola diminui a importância das perdas inevitáveis para o país, como o endividamento externo e os danos de guerra, pelo cálculo dos ganhos esperados pela vitória, caso da riqueza decorrente da incorporação de novos territórios, o crescimento de alguns setores industriais e a obtenção de reparações de guerra. Pela comparação com seus cálculos anteriores sobre a riqueza nacional em 1914, a projeção para 1918, nas duas hipóteses de inocorrência do conflito e de vitória italiana junto aos aliados, torna-se extremamente desfavorável, ajudando a formar a imagem de “vitória mutilada”, que iria ganhar a retórica política com a ascensão de Mussolini. A mesma imagem é traduzida em outros estudos, como os de Giorgio Mortara sobre o impacto das mortes de civis e militares na economia dos países aliados, mais sensível no caso italiano, e os de Ugo Giusti e Franco Savorgnan, sobre a superioridade numérica e étnica dos italianos nos territórios disputados à Áustria e à nascente Iugoslávia. Prévost mostra como, em seu conjunto, os artigos ofereceram fundamento técnico às reivindicações políticas italianas. O êxito do trabalho de representação dos estatísticos na construção da imagem de “vitória mutilada” é o argumento central do artigo, e pode ser medido pela sua participação na comissão americana encarregada de avaliar o financiamento da dívida italiana, em 1925. Segundo o autor, a decisão favorável não só garantiu a estabilização política e econômica do governo de Mussolini como deslanchou o investimento do fascismo na reorganização das estatísticas oficiais, com a criação do *Istituto Centrale di Statistica* (ISTAT) em 1926, sinalizando para uma adesão tácita e produtiva dos estatísticos na construção do regime, tema de outra publicação recente do autor (Prévost, 2009).

O eixo que abrange os capítulos três, quatro, seis e oito, se concentra sobre as instituições estatísticas e as relações mútuas entre as metamorfoses do Estado e a estruturação dos aparelhos de contagem, incluindo a divisão do trabalho estatístico. O livro, em especial no seu capítulo quatro, aborda satisfatoriamente as condições que presidem o novo contexto de regularização da produção de dados, e que se confundem com a descoberta do social e a invenção da moderna máquina administrativa.

Como chave de leitura, cabe dizer que o início do século XIX marca uma importante mudança na ordenação e representação da realidade. O mundo do Antigo Regime, rico em diferenciações internas, fundamentais e irreconciliáveis, entre sujeitos e entre estados, estremece diante da

formação de uma imagem de sociedade composta por indivíduos autônomos e iguais por sua condição formal-legal de cidadania, o que torna extremamente relevante o antes impensável: a contagem de indivíduos (e não mais famílias) e dos processos que implicam o aproveitamento de sua força vital, como mortalidade, criminalidade, suicídio e pobreza (p. 68). Nesse contexto, os anos 1820 e 1830 assistem ao que Ian Hacking (1990) chamou de “avalanche dos números impressos”, ou seja, a inédita onda de publicações estatísticas regulares, que sucede a criação das primeiras agências autônomas de contagem, permitindo a visualização *em série* dos movimentos e atividades da população. Os números trazem a surpreendente descoberta da regularidade dos fenômenos de massa, consagrando a estatística como o meio indutivo por excelência de aferição das leis universais, o que permite alçá-la à condição de “mecânica social”, na célebre fórmula de Adolphe Quetelet.

Não por acaso, o astrônomo belga é tema de um capítulo, o terceiro (pp. 49-61), que nos brinda com uma contribuição original em meio a pelo menos uma dezena de pesquisas sobre sua trajetória⁴. Ao invés de estudá-lo por sua veia de matemático probabilista e de “físico social”, Prévost e Beaud se debruçam sobre o desenho de seu modelo de centralização estatística, tão festejado nos Congressos Internacionais de Estatística, de que ele foi o criador, em 1853, e presidente de honra até a última edição, em 1878, dois anos após sua morte. Tal modelo prescrevia a criação de comissão central de estatística, capaz de treinar funcionários administrativos ligados aos departamentos ministeriais responsáveis pela coleta e tabulação de dados, de modo a viabilizar acordo sobre as tarefas a serem desempenhadas e os métodos de sua execução. Baseando-se, sobretudo, na harmonização dos serviços estatísticos belgas e nas inovações que implementa no censo de 1846, os autores analisam o internacionalismo estatístico como reprodução expandida do “Estatistismo” desenvolvido por Quetelet, durante sua experiência administrativa pregressa, na Bélgica dos anos 1840.

Pelas sessões dos Congressos Internacionais, debatiam-se as questões fundamentais da produção censitária: normalização das classificações, precisão na definição das categorias, clareza dos questionários e procedimentos que convinham à sua aplicação. Igualmente, importava convencer os governos a criarem as agências nacionais de estatística, e, nesse sentido, fixar as atribuições dos produtores e das autoridades públicas, definindo uma engenharia que permitisse o repasse ministerial dos registros administrativos e eliminasse a duplicação das contagens, sem acentuar as tensões decorrentes da concorrência burocrática.

Esta é a discussão do capítulo quatro (pp.63-89), que parte da realização dos primeiros censos modernos e da criação das primeiras agências de produção de dados em diversos países (Suécia, Noruega, Dinamarca, Estados Unidos, França, Inglaterra, Bélgica, Prússia, Rússia, Áustria, Holanda, entre outros) entre 1800 e 1850, para analisar a *mise-en-scène* do nó górdio da produção estatística: o modelo organizacional dos sistemas estatísticos nacionais. Os autores examinam atentamente como o debate que opõe a centralização e a descentralização da produção dos dados oficiais se constituiu

4 Para uma análise sobre a expressiva recepção de Quetelet na segunda metade do século XIX, nas ciências naturais, ver Porter (1986), na filosofia e no pensamento social, ver Hacking (1990), na organização institucional da atividade estatística, ver Desrosières (1998), na mundialização das cifras, ver Brian (1999).

na principal plataforma ideológica da militância dos estatísticos, pelo menos até 1945. O argumento se divide entre a dissecação do raciocínio empregado pelos estatísticos administradores em prol dos méritos da centralização e as condições de resistência à criação de agências centrais de coordenação estatística nos países de forte tradição liberal e cultura de informação, caso notável de Estados Unidos e Inglaterra, que só muito tardiamente consentiram em criar o *Bureau of Census* (1902) e o *Central Statistical Office* (1940).

A este respeito, o capítulo seis (pp. 111-131) fornece um ilustrativo complemento, trazendo como tema a fracassada tentativa de criação de uma agência de coordenação das estatísticas do Império Britânico. O texto também é interessante por revelar a inspiração bourdieusiana seguida pelos autores, mais clara aqui do que em outros capítulos de *Statistics, Public Debate and the State*. O fracasso das tratativas nas conferências de 1920 é analisado à luz do pertencimento dos atores a estratos do campo social, variando as tomadas de posição entre os grupos participantes, quer sejam estatísticos científicos (como Yule e Bowley), governamentais (como George Knibbs e Robert H. Coats) ou burocratas que têm na estatística um subproduto de suas atividades administrativas. Similarmente, a assimetria das situações político-econômicas de cada domínio (Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul) no conjunto do Império é considerada variável importante no alinhamento de seus respectivos governos quanto ao tema da centralização. Os estatísticos teriam que esperar um pouco mais para ver o triunfo internacional de sua causa:

Para que a empresa da centralização / coordenação sucedesse, o apoio de determinantes externas foi essencial, na forma de guerras, mudanças de regime político, depressões econômicas profundas ou de edificação de uma nova maquinaria de Estado. Entre 1914 e 1945, tais oportunidades não foram escassas e seriam aproveitadas, tornando-se a centralização a norma do pós-segunda guerra, em conformidade com importantes inovações na engenharia do Estado e do governo econômico, tais como o desenvolvimento das contas nacionais e dos métodos de amostragem probabilística, que, ao lado da introdução da computação eletrônica, pavimentou a infraestrutura epistêmica da gestão macroeconômica. A partir de então, as vantagens de uma agência centralizada e de sua concentração de expertise e recursos pareceriam indisputáveis (p. 89).

A principal destas inovações, a adoção da amostragem probabilística, é estudada em *The politics of sampling revolution* (p. 153-172), este que é o último e talvez o mais original dos capítulos da publicação. Criticando a historiografia internalista que aborda a amostragem representativa como mero avanço técnico explicado em termos de racionalidade econômica, isto é, redução de custos da pesquisa e disponibilização mais rápida dos seus resultados, Prévost e Beaud insistem, de forma provocativa e convincente, que há muito mais do que uma querela metodológica no extenso debate que termina com a aceitação imediata do famoso trabalho de Jerzy Neyman sobre a amostragem estratificada aleatória em 1934, e sua introdução pioneira na produção de estatísticas oficiais, realizada na pesquisa de desemprego do Census Bureau americano em 1936, pelas mãos de Morris Hansen e Edwards Deming. Remontando a 1895, com o experimento do norueguês Anders Kiaer, os autores reconstroem as controvérsias havidas no International Statistical Institute, apontando para o equívoco de se opor as noções de exaustividade e exatidão subjacentes ao modelo censitário às de aproximação e precisão implícitas na amostragem, oposição auto-evidente para o mundo pós-

1945, em que a estatística se desterritorializa e o mercado assume o lugar do Estado como unidade fundamental de construção dos espaços de equivalência, que hoje podem ser locais, regionais, supranacionais etc.

Se quisermos compreender a revolução político-cognitiva promovida pela institucionalização da amostragem probabilística, ensinam os autores, precisamos buscar, ao contrário, as continuidades que ligam estas duas formas de representação estatística. Assim, é possível entender porque a amostragem proposital (*purposive sampling*) dominava todas as defesas do método, até os anos 1930. A aleatoriedade não era uma possibilidade para nenhum dos lados do debate, precisamente porque a amostragem era pensada a partir das mesmas categorias cognitivas do realismo censitário, isto é, nos termos da tipicidade. Uma cidade ou região consideradas típicas eram, então, vistas como a média das cidades e regiões de um dado conjunto, o que perfazia a ideia do tipo por referência à média, em contraste com o acidental e o excepcional. Isto quer dizer que, se o tipo pode existir como conjunto abstrato de características comuns a todos os subconjuntos, cada um destes por sua vez resulta bastante concreto e real, inseparáveis da consistência orgânica do todo. Deste modo, ficava implícita na amostragem proposital a vinculação realista e territorial da representatividade, a mesma que caracteriza a contagem censitária, fundada na divisão do território em distritos e no reconhecimento de seu fracionamento interno: “a possibilidade dos distritos censitários já definidos ou outras subunidades políticas serem uma amostra adequada de todo o país se enquadra bem com esta demarcação espacial - ou seja, a ideia de que pequenos territórios possam ser equivalentes a um grande território não parece ridícula nesse raciocínio, muito menos se algumas variáveis de fato correlacionam” (p. 162). O problema, porém, é que o experimento de Gini, realizado em 1925, demonstrou que a amostragem proposital não garantia a correlação de um número estatisticamente interessante de variáveis. Tudo apontava para a dissolução do debate, com a proscrição da amostragem.

Sendo assim, fica a questão que mais intriga o leitor: sob que condições a amostragem aleatória, que se refere a uma realidade de segunda ordem, atomística, formada por uma coleção de unidades desterritorializadas, acaba se afirmando como uma possibilidade (quase) impositiva? Seguindo os passos de Alain Desrosières (1988, p. 93-112), os autores argumentam que a substituição legítima do todo pela parte só poderia emergir quando as técnicas locais de administração dos problemas sociais, compatíveis com os governos cuja função não vai muito além de oferecer aos agentes econômicos um conhecimento muito geral das condições em que operam, cedem lugar ao gerenciamento de um governo nacional em vias de se tornar um Estado Social. A nova concepção de precisão que aparece com as técnicas de amostragem faria mais sentido para um governo que concebe a produção de dados pelo grau de significação que eles podem imprimir à sua ação. Nos Estados Unidos do New Deal, a amostragem aparecerá como procedimento eficaz de retratar, de forma precisa, atualizada e contínua as transformações da realidade econômica, a serem refreadas ou aceleradas por medidas orçamentárias e fiscais (p. 170).

A extensão dos temas e recortes deste livro nos obrigou a alongar sua resenha, para não perdermos a densidade da sua contribuição à historiografia da estatística. Parece-nos sintomático que Jean-

Pierre Beaud e Jean-Guy Prévost tenham ajudado a criar a Associação das Américas para a História da Estatística e do Cálculo de Probabilidades (AAHECP), que tem naquele o seu primeiro presidente. Trata-se de dois estudiosos que há muito têm levado a pesquisa comparativa a horizontes antes impensados nessa área. Cabe, agora, estendê-la para abranger também os países da América Latina, que não protagonizaram debates como os que foram aqui apresentados, mas que os receberam de forma criativa e original.

Pensemos, por exemplo, na recepção da tese sobre o efeito nulo da imigração no crescimento populacional, tendo em vista sua hegemonia e longevidade no meio acadêmico norte-americano, aquele de que os países da região mais buscaram se aproximar. Aproximação especialmente sensível em questões como a do papel da racialização estatística na formulação de uma política de população, se considerado o peso do dilema étnico, herdado da empresa colonial, na construção da identidade nacional desses países. Igualmente, o nacionalismo dos estatísticos italianos e a sua adesão às diretrizes do fascismo permite traçar paralelos com a colaboração dos estatísticos nos regimes autoritários experimentados pela América Latina, como sugere, entre outros exemplos, a militância política dos ideólogos do IBGE na Era Vargas (Senra, 2008; Camargo, 2010; Penha, 1993). Devemos ter em mente que, para muitos países da região, o alargamento burocrático e a centralização política significaram a expansão dos serviços de produção de dados oficiais, o que tendia a despertar simpatias em homens marcados pelo realismo prático e pelo ideal da centralização estatística. Por fim, a resistência à amostragem nestes países se coloca como tema de investigação do maior interesse. O fato de que, em casos como o de Brasil e Argentina, as pesquisas por amostragem só venham a integrar o programa estatístico a partir dos anos 1960 permite testar a valiosa hipótese de que a desterritorialização estatística subjacente à amostragem só encontra seu sentido na engenharia institucional do Estado e, como tal, pela gestão macroeconômica da sociedade, uma das plataformas políticas dos governos militares instalados na região.

Enfim, afora os méritos que fazem de *Statistics, Public Debate and the State* atraente para todos aqueles interessados nas relações entre Estado e sociedade, entre política e ciência, da história à sociologia, da demografia à epistemologia, este livro se apresenta como uma peça importante na construção coletiva de uma agenda de estudos históricos comparados neste importante e emergente domínio⁵. Aí reside, a nosso ver, o seu maior valor.

ANDERSON, Margo. **The american census**: a social history. New Haven: Yale University Press, 1988.

BEAUD, Jean-Pierre; PRÉVOST, Jean-Guy (orgs.). **L'Ère du chiffre**: systèmes statistiques et traditions nationales. Presses de l'Université du Québec, 2000.

BLUM, Alain; MESPOULET, Martine. **L'anarchie bureaucratique**: statistique et pouvoir sous Staline. Paris: La Découverte, 2003.

⁵ Alguns fundamentos desta agenda foram esboçados anteriormente, em livro recente que contou com a contribuição significativa de Beaud e Prévost (Senra; Camargo, 2010).

BOURGUET, Marie-Noëlle. **Déchiffrer la France:** la statistique départementale à l'époque napoléonienne. Éditions des Archives Contemporaines, Ordres Sociaux: Paris, 1989.

BRIAN, Éric. Del buen observador al estadístico del Estado: la mundialización de las cifras. **Anuario IEHS**, Tandil, v. 14, 1999, p. 15-22.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Povoar o *hinterland*: o ensino rural como zona de fronteira entre estatística e educação na trajetória de Teixeira de Freitas. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 23, 2010, p. 97-132.

CARRARA, Angelo Alves. Por uma história comparada das estatísticas nas Américas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, dez/ 2010, p. 377-384.

CELIS, Leticia Mayer. **Entre el infierno de una realidad y el cielo de un imaginario:** Estadística y comunidad científica en el México de la mitad del siglo XIX. Ciudad del México: El Colegio de México, 1999.

COHEN, Patricia Cline. **A calculating people:** the spread of numeracy in Early America. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

CURTIS, Bruce. **The politics of population:** state formation, statistics and the census of Canada (1840-1875). Toronto: University of Toronto Press, 2001.

DANIEL, Claudia. **El observatorio social. Estado, censos y estadísticas oficiales en la Argentina (1869-1914).** Editorial Académica Española: Buenos Aires, 2011.

DESROSIÈRES, Alain. La partie pour le tout: comment généraliser? La préhistoire de la contrainte de représentativité. **Statistique et analyse des données**, v. 13, n. 2, 1988, p. 93-112.

_____. **The politics of large numbers:** a history of statistical reasoning. Trad. Camille Naish. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1998.

HACKING, Ian. **The taming of chance.** Cambridge University Press, 1990.

INSEE. **Pour une histoire de la Statistique.** 2 v. Paris: Économica, Insee, 1987.

MESPOULET, Martine. **Statistique et révolution en Russie:** un compromis impossible (1880-1930). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001.

OTERO, Hernán. **Estadística y nación:** una historia conceptual del pensamiento censal de la Argentina moderna 1869-1914. Buenos Aires: Prometeo libros, 2006.

PATRIARCA, Silvana. **Numbers and nationhood:** writing statistics in nineteenth century Italy. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PORTER, Theodore. **The rise of statistical thinking, 1820-1900.** Princeton: Princeton University Press, 1986.

_____. **Trust in numbers.** The pursuit of objectivity in science and public life. Princeton: Princeton University Press, 1995.

PRÉVOST, Jean-Guy. **A Total Science:** Statistics in Liberal and Fascist Italy. Montreal; Kingston: McGill-Queen's University Press, 2009.

SCHWEBER, Libby. **Disciplining Statistics:** demography and vital statistics in France and England (1830-1885). Durham: Duke University Press, 2006.

SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (orgs.). **Estatísticas nas Américas.** Por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SENRA, Nelson de Castro. **História das Estatísticas Brasileiras (1822 - 2002).** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. [v. 3: *Estatísticas Organizadas (c. 1936 – c. 1972)*].

SZRETER, Simon. **Fertility, class and gender in Britain, 1860-1940.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.